

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.331.331 - SP (2018/0182257-9)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : JOSE EMILIO NAZZARI
ADVOGADOS : ALESSANDRO DIAS FIGUEIRA - SP171672
LUIZ CLAUDIO DE TOLEDO PICCHI - SP224962
AGRAVADO : CARLOS OEHLMEYER
AGRAVADO : MARIA PALMYRA CHRISTIANO DE OLIVEIRA CAMPOS
OEHLMEYER
AGRAVADO : CRISTINA MARIA RUGGIERO VILLANI
AGRAVADO : DANIEL RUGGIERO VILLANI
AGRAVADO : THIAGO RUGGIERO VILLANI
AGRAVADO : ANA MARIA RUGGIERO VILLANI
ADVOGADOS : NILTON SERSON - SP084410
CAESAR AUGUSTUS F S ROCHA DA SILVA E OUTRO(S) -
SP146138

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. 1. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. IMPOSSIBILIDADE DE DISPENSA DO PREQUESTIONAMENTO. 2. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA 7/STJ. 3. LITISCONSÓRCIO ATIVO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO AOS FUNDAMENTOS DO ACÓRDÃO RECORRIDO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 283/STF. 4. AGRAVO CONHECIDO PARA NÃO CONHECER DO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Na origem, o agravo de instrumento interposto por José Emilio Nazzari contra decisão que, nos autos da ação de rescisão contratual ajuizada por Carlos Oehlmeyer e outros, ora em fase de cumprimento de sentença, rejeitou a impugnação por ele apresentada.

A Sexta Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo negou provimento à insurgência, em acórdão assim ementado (e-STJ, fl. 1.822):

AGRAVO DE INSTRUMENTO Ação de rescisão contratual cumulada com perdas e danos - Cumprimento de sentença Alegações de desrespeito ao contraditório substancial, nulidade processual por ausência de complementação do polo ativo da ação, impossibilidade de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica ao presente caso, bem como de excesso de execução - Questão relativa

Superior Tribunal de Justiça

à nulidade processual por ausência do contraditório substancial e por falta de complementação do polo ativo afastadas - Adquirentes representados pela associação na fase de conhecimento - Processo já em fase de execução - Possibilidade de extensão da responsabilidade pela dívida exequenda aos associados porque o patrimônio da associação se confunde com o deles Subrogação dos adquirentes nos direitos, nas obrigações e nos encargos relativos à incorporação - Adquirentes responsáveis pelo adimplemento de sua quota-parte na obrigação como também ao pagamento dos juros a ela correspondentes, desde seu termo inicial Alegações no tocante à ilegitimidade da associação ou do agravante no presente feito superadas pelos demais fundamentos do voto - Manutenção da decisão agravada Recurso desprovido.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados (e-STJ, fls. 1.845-1.849).

José Emílio Nazzari interpôs recurso especial, fundamentado nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional, apontando, além de dissídio jurisprudencial, violação aos arts. 7º, 18, 115, 337, § 1º, 489, § 1º, 525, § 1º, e 795 do CPC/2015; 31-F da Lei n. 4.591/1964; 2º e 6º da LINDB; e 50 do Código Civil.

Sustentou, em síntese: sua ilegitimidade para figurar no polo passivo da demanda; a ofensa à coisa julgada em razão da alteração dos seus limites subjetivos; a possibilidade de desconsideração da personalidade jurídica da associação; a existência de litisconsórcio ativo necessário; ser a decisão agravada *extra petita*; e a irretroatividade das leis.

Contrarrazões apresentadas às fls. 1.922-1.969 (e-STJ).

O Tribunal de origem negou seguimento ao recurso sob os fundamentos de incidir a Súmula 7/STJ e de não ter sido comprovado o dissídio jurisprudencial nos moldes legais (e-STJ, fls. 1.970-1.971).

Irresignado, o recorrente apresenta agravo refutando os óbices apontados pela Corte estadual.

Contraminuta às fls. 1.955-2.045 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

No tocante à ilegitimidade passiva, à ofensa à coisa julgada, à decisão *extra petita* e à irretroatividade das leis, constata-se que as matérias não foram objeto de

Superior Tribunal de Justiça

apreciação pelas instâncias ordinárias, estando configurada a ausência de prequestionamento, atraindo a incidência das Súmulas 282 e 356 do STF.

Oportuno assinalar, ainda, que a jurisprudência deste Tribunal Superior é tranquila no sentido da necessidade de prequestionamento dos dispositivos que se entendem violados, mesmo em se tratando de matéria de ordem pública.

Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO - AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO - VIOLAÇÃO À COISA JULGADA - AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO - MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA - NECESSIDADE - ACUMULAÇÃO DE PENSÃO ESPECIAL DE EX-COMBATENTE E BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO - POSSIBILIDADE.

1. Os artigos 267, inc. V, 467, 471, inc. I, do CPC, e a tese de afronta a coisa julgada, não podem ser conhecidos por ausência de prequestionamento.

2. É tranquila a jurisprudência desta Corte no sentido de que, mesmo as matérias de ordem pública, necessitam do prequestionamento para serem analisadas em sede de recurso especial.

3. Com base no disposto nos arts. 53, II, do ADCT e 4º, caput, da Lei n. 8.059/1990, a pensão especial de ex-combatente é passível de cumulação com benefícios de cunho previdenciário junto ao INSS.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 196.847/RJ, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 13/08/2013, DJe 20/08/2013)

Quanto à desconsideração da personalidade jurídica, o acórdão recorrido asseverou que a associação pertinente, não obstante esteja regularmente constituída, não se configura como pessoa jurídica com autonomia patrimonial, pois não possui patrimônio independente dos membros que a integram.

Confira-se o seguinte trecho extraído do aresto combatido (e-STJ, fls. 1.826-1.827):

[...] Já com relação à questão da possibilidade de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica da associação para atingir o patrimônio dos associados, insta observar que tal questão já foi abordada em recurso anterior, distribuído a esta relatoria (AI 2178778-36.2015.8.26.0000).

Nesse sentido, repise-se que, consoante entendimento proferido naquela oportunidade, de fato, em razão do princípio da autonomia patrimonial da pessoa jurídica em relação aos seus sócios (ou associados), não há como se aplicar a citada medida sem que estejam presentes os requisitos do desvio de finalidade ou da

confusão patrimonial previstos no artigo 50 do Código Civil.

No entanto, no caso vertente, não há que se falar em aplicação da *desregard doctrine*, vez que a Associação dos Moradores do Condomínio Maison Classic São Carlos, a despeito de ter sido regularmente constituída, não se configura como pessoa jurídica com autonomia patrimonial, isto é, não possui patrimônio independente dos membros que a integram, sendo, portanto, desnecessária a sua desconsideração por haver apenas um único patrimônio em questão: o dos associados.

Note-se que a sobredita associação foi criada apenas com a finalidade de dar continuidade à obra iniciada pela construtora falida, tendo sido utilizada simplesmente para conglomerar os interesses convergentes de seus associados, o que destoa da ideia de constituição de uma pessoa jurídica, com patrimônio distinto do de seus associados, para a execução de atividades sem fins lucrativos típicas de uma associação privada (art. 53, do Código Civil).

Nessa conformidade esta Colenda Câmara, quando do julgamento do recurso de apelação nº 0000925-98.2010.8.26.0566, de relatoria do ilustre Desembargador Francisco Loureiro, interposto em face de decisão proferida nesta mesma ação, assim se pronunciou a respeito do tema: “dada a peculiaridade dessa associação, que não passa de uma figura criada em razão da convergência de interesses dos adquirentes, é justo que o patrimônio dos associados responda pela dívida que está sendo executada”.

Corrobora esse entendimento, ainda, o fato de que, caso a associação tivesse obtido êxito nesta ação, os benefícios econômicos por ela auferidos seriam recolhidos pelos seus associados e não pela associação. Ademais, o próprio estatuto social da entidade deixa claro no seu artigo 24 que os associados respondem pelas obrigações assumidas pela associação, confirmando o que já fora dito até aqui.

Constata-se, portanto, que, para infirmar as conclusões das instâncias ordinárias, seria imprescindível o reexame das provas carreadas aos autos, o que é inadmissível nesta instância extraordinária, consoante dispõe o Enunciado n. 7 da Súmula de jurisprudência desta Corte.

No concernente ao litisconsórcio ativo necessário, o Tribunal *a quo* afastou a nulidade ao argumento de que o eventual óbice estaria superado, pois o processo se encontrava em fase de execução.

Todavia, verifica-se que o fundamento adotado pela Corte estadual sobre o litisconsórcio e os juros de mora não foi objeto de impugnação nas razões do recurso especial, sendo que a manutenção de algum argumento que, por si só, sustenta o acórdão recorrido torna inviável o conhecimento do apelo especial, atraindo a aplicação do enunciado n. 283 da Súmula do Supremo Tribunal Federal.

Superior Tribunal de Justiça

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÕES DE NULIDADE DE INTIMAÇÃO, PRESCRIÇÃO DO FEITO EXECUTIVO E IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO DE COMPETÊNCIA. ÓBICES SUMULARES E INOVAÇÃO RECURSAL. MATÉRIA DE ORDEM PÚBLICA. NÃO CABIMENTO, NESTA SEDE, UMA VEZ QUE AUSENTE O REQUISITO DO PREQUESTIONAMENTO.

1. A ausência de impugnação específica das razões pelas quais o Tribunal a quo deixou de conhecer da matéria atrai o óbice das Súmulas 283 e 284 do STF.

[...] 5. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp n. 1.443.474/CE, Relator o Min. Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 2/6/2015, DJe 15/6/2015)

Ante o exposto, conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.

Publique-se.

Brasília, 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator